



FUNDAÇÃO

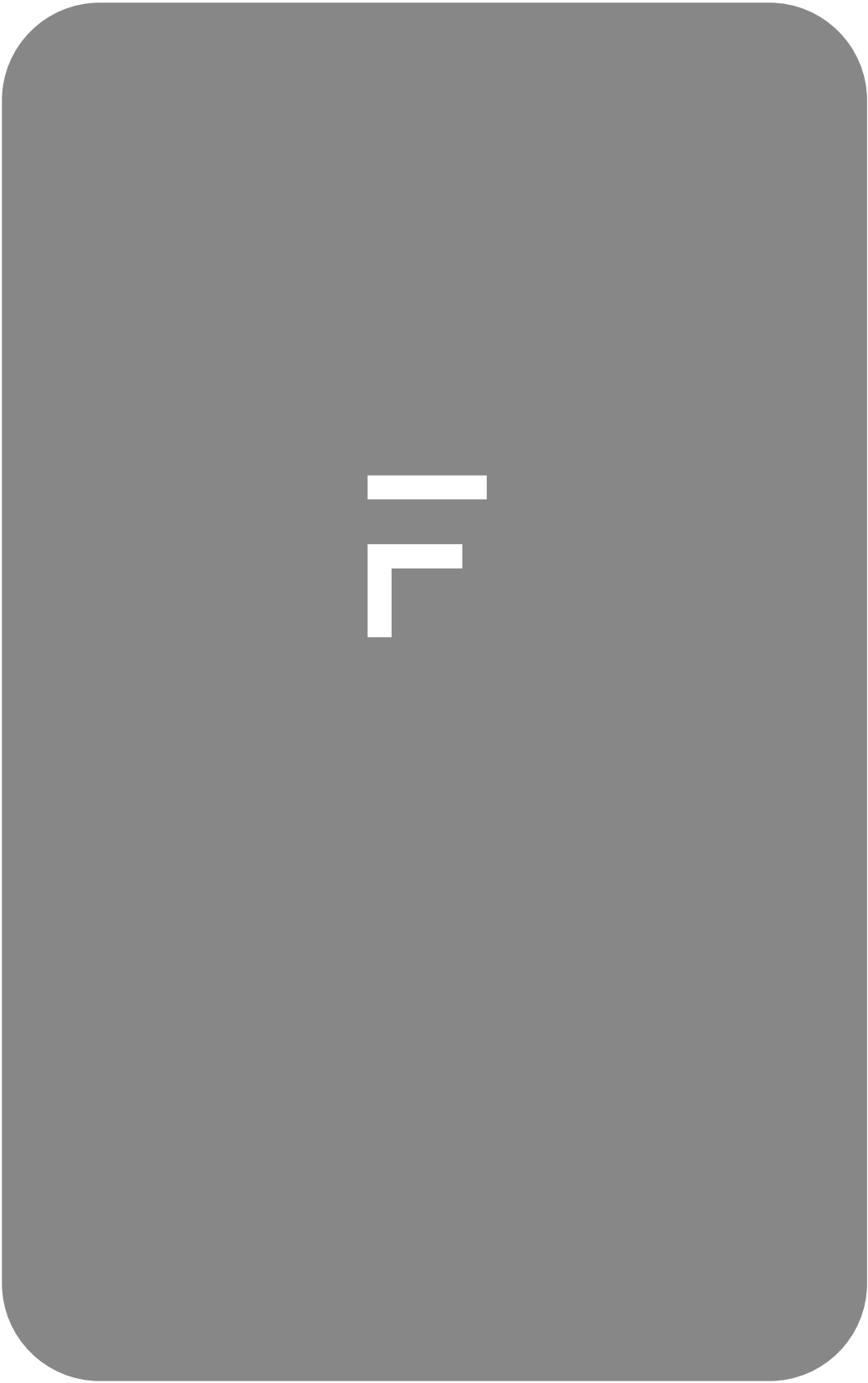
Armazenistas Mercearia

2024 | Relatório
de
Gestão



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1 - Atividade Desenvolvida	7
1.1 - Auxílio prestado a pessoas idosas e com dificuldades de subsistência.....	7
1.2 - Habitação condigna e de renda económica.....	8
1.3 - Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social	13
1.4 - Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano.....	14
1.5 - Protocolo de Apoio -Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória.....	18
1.6 - Novas Ações de Apoio	21
2 - Conservação do Património	25
3 - Contas do Exercício	40
3.1 - Resultado líquido do exercício comparativo 2022/2023.....	40
3.2 - Demonstrações financeiras	40
4 - Reuniões dos Corpos Gerentes	58
5 - Nota Final.....	58



INTRODUÇÃO

Em 2024, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia completou o seu sexagésimo quinto aniversário, consolidando a sua missão de apoio às famílias e indivíduos mais vulneráveis da sociedade através da solidariedade social. Ao longo destas décadas, a Fundação tem sido um pilar fundamental para muitas pessoas em situações de fragilidade económica e social, garantindo condições mais dignas de vida.

Criada em 1959, a Fundação está hoje reconhecida como uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatuto de utilidade pública e devidamente registada na segurança social. Apesar dos desafios enfrentados ao longo dos anos, nomeadamente no plano financeiro, a Fundação tem mantido a sua independência ao contar apenas com as suas próprias receitas, sem financiamento estatal direto. Esta autonomia tem permitido que a sua ação não dependa de mudanças políticas e que possa continuar a ajudar quem mais precisa, sem representar um encargo adicional para os cofres do Estado.

É importante destacar que todos os membros dos corpos sociais da Fundação dedicam-se de forma absolutamente voluntária, sem qualquer remuneração ou contrapartida, a gerir a Fundação, movidos apenas pelo desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

A atuação da Fundação abrange diversas áreas, incluindo o apoio habitacional a mais de uma centena de famílias em Lisboa e no Porto, através de arrendamento económico e acessível. Adicionalmente, presta ajuda alimentar a famílias carenciadas nestas cidades, através da Mercearia Social Valor Humano e do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória. A Fundação também continua a apoiar a ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro e a Comunidade Vida e Paz, reforçando o seu papel na assistência social.

Contexto Económico e Social em 2024

O ano de 2024 apresentou desafios económicos significativos. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento modesto de **1,7%**¹, refletindo uma desaceleração de 0,8% face ao ano anterior. No entanto e embora o crescimento tenha desacelerado, o mesmo não se verificou ao nível do consumo privado, o qual cresceu **3%** em 2024, um ponto percentual acima do ocorrido em 2023.

De acordo com o Banco de Portugal², a procura interna em 2024 apresentou um crescimento significativo, impulsionado por vários fatores económicos positivos. O consumo privado registou um aumento de 3,0%, refletindo a recuperação do rendimento disponível real das famílias, o aumento do emprego e dos salários, bem como o impacto de medidas orçamentais favoráveis. Além disso, o investimento cresceu 0,5%, indicando uma retoma gradual do investimento empresarial e em habitação. No seu conjunto, a procura interna contribuiu para um crescimento económico equilibrado, sustentado pelo dinamismo do mercado de trabalho e pela implementação de projetos financiados por fundos europeus.

No mercado de trabalho, o desemprego³ manteve-se praticamente inalterado face ao ano anterior, fixando-se em **6,4%**, com um total de **351.100** desempregados, permanecendo neste contexto a situação de vulnerabilidade de muitas famílias. Contudo, no último trimestre de 2024, mais de **368.000** pessoas encontravam-se sem emprego, um crescimento aproximado de dez mil novos desempregados quando comparado com o último trimestre de 2023, ou seja, um crescimento de 2,7%, uma realidade preocupante para muitas famílias.

¹ Banco de Portugal, Boletim Económico Dez. 2024

² idem

³ INE, Destaque 5 de Fevereiro de 2025 – Estatísticas do Emprego

Ao nível da inflação assistimos a um forte abrandamento do ritmo de crescimento dos preços, caindo para mais de metade face aos valores de 2023, onde o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), fixou-se nos **2,6% em 2024**. Os bens alimentares transformados continuaram a registar aumentos expressivos de preço (medido pelo IPC), superiores a 3% tal como os produtos energéticos.

O nível de endividamento dos particulares⁴ atingiu, em 2024, a expressiva quantia de 34.332 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,3% face ao ano anterior. Deste montante, 24.886 milhões de euros foram alocados a crédito à habitação, refletindo uma subida de 1,5% no mesmo período.

No contexto do setor habitacional, a crise de arrendamento agravou-se. No terceiro trimestre de 2024, a renda mediana de novos contratos **registou um incremento de 10,7%**, com os valores em Lisboa a situarem-se à volta de **13,53€/m²** e na área metropolitana do Porto em cerca de **9,09€/m²**. Essa escalada dos preços continua a dificultar o acesso a uma habitação condigna para um número crescente de famílias.

Face a este panorama económico desfavorável, a intervenção da Fundação assumiu um papel ainda mais crucial, aliviando os efeitos da crise habitacional e da crescente pressão sobre o custo de vida. Através do suporte à habitação e à alimentação das famílias mais vulneráveis, a Fundação mostrou-se capaz de atenuar as dificuldades enfrentadas por aqueles que mais necessitam.

Em 2024, as principais Atividades Desenvolvidas pela FAM foram as seguintes:

- **Habitação de renda económica:** Continuidade no apoio a mais de centena e meia de famílias com arrendamento económico e acessível em Lisboa e Porto.
- **Apoio Alimentar:** Reforço no fornecimento de bens alimentares a pessoas/famílias carenciadas através da Mercearia Social Valor Humano em Lisboa e do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória no Porto.
- **Apoio Institucional:** Manutenção do apoio à ACREDITAR e à Comunidade Vida e Paz.
- **Apoios Especiais:** Implementação de medidas extraordinárias para mitigar os efeitos negativos do aumento do custo de vida a pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social

Em 2024, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia manteve-se firme na sua missão de apoio às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, enfrentando os desafios económicos e sociais com dedicação e compromisso.

Os corpos sociais reuniram-se diversas vezes ao longo do ano, fortalecendo o espírito de colaboração e a eficácia das ações implementadas. O Conselho de Administração gostaria de manifestar o seu sincero agradecimento a todos os membros e colaboradores da Fundação pelo seu compromisso e dedicação, que foram fundamentais para a concretização dos objetivos delineados para o ano.

Apresenta-se, de seguida, um resumo detalhado das principais atividades desenvolvidas ao longo de 2024.

⁴ Pordata Nível de endividamento dos particulares

1 – Atividade desenvolvida

1.1 – Auxílio prestado a pessoas idosas e com problemas de saúde e dificuldades de subsistência

Num contexto de desaceleração económica e persistência de dificuldades para os segmentos mais vulneráveis da população, torna-se imperativo reforçar os mecanismos de auxílio, garantindo uma resposta eficaz às necessidades mais prementes. A conjuntura atual, marcada pelo impacto da inflação no custo de vida e pela escassez de recursos para muitas famílias, exige um compromisso renovado com a solidariedade e a coesão social.

O apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade pode assumir diversas formas, desde a atribuição de auxílio financeiro direto e doações de bens essenciais até ao incentivo ao voluntariado e ao reforço dos programas de assistência social. Paralelamente, é essencial que as políticas públicas sejam direcionadas para garantir que os cidadãos mais carenciados tenham acesso aos recursos fundamentais à sua subsistência, embora, na prática, este objetivo nem sempre seja plenamente atingido.

Proporcionar ajuda a quem enfrenta dificuldades económicas não só atenua as dificuldades individuais, como também fortalece a resiliência das comunidades, permitindo que os indivíduos recuperem a sua estabilidade e contribuam para a revitalização do tecido social. Quando asseguramos o acesso a bens essenciais e promovemos a inclusão, estamos a investir na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A Fundação tem-se dedicado, de forma contínua e empenhada, ao apoio de pessoas em situação de fragilidade económica, especialmente aquelas que, devido à idade avançada ou a problemas de saúde, enfrentam maiores desafios no seu quotidiano. A nossa missão é garantir que ninguém seja deixado para trás, promovendo valores de equidade e justiça social e fortalecendo a capacidade de superação dos mais desfavorecidos.

Este compromisso tem orientado o trabalho da Fundação ao longo da sua existência procurando garantir às pessoas apoiadas as condições mínimas para que possam continuar a viver com dignidade e segurança.

Em 2024, com a desaceleração da atividade económica, muitas famílias e indivíduos continuaram a enfrentar dificuldades significativas, agravadas pelo aumento dos preços de bens essenciais e dos custos habitacionais, bem como pelas incertezas no mercado de trabalho. Estas adversidades reforçaram a necessidade de manter e expandir os mecanismos de apoio social.

Consciente dos desafios persistentes que afetam a população mais vulnerável, a Fundação manteve o seu compromisso de apoio a idosos em situação de carência, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades económicas. Ao longo do ano, foi prestado um auxílio financeiro regular a um grupo de beneficiários, permitindo-lhes enfrentar as exigências do quotidiano com maior segurança e dignidade.

Em 2024, um total de quatro pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiou deste apoio, num montante global de **20.800 euros**. A Fundação mantém a sua ambição de alargar esta iniciativa, permitindo que um número crescente de pessoas possa usufruir deste suporte essencial, promovendo assim uma vida mais digna e estável para aqueles que mais necessitam.

Contudo, a concretização deste objetivo dependerá da evolução das receitas da Fundação, que, importa sublinhar, opera sem qualquer financiamento proveniente do Estado ou de outras entidades públicas ou privadas.

1.2 – Habitação condigna e de renda económica

A importância da intervenção da FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia no campo da solidariedade social

Num contexto em que o acesso a habitação a preços comportáveis se torna cada vez mais desafiante para as famílias de menores recursos, a atuação da FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia assume um papel preponderante na promoção da solidariedade social. A disponibilidade de habitação de renda económica é essencial para garantir que estas famílias possam ter acesso a uma moradia digna, sem comprometer de forma excessiva os seus orçamentos familiares.

A FAM tem vindo a marcar uma forte presença no mercado de arrendamento há cerca de setenta anos, disponibilizando habitações a preços significativamente inferiores aos praticados no mercado. Esta intervenção tem permitido apoiar mais de uma centena e meia de famílias com rendimentos modestos, possibilitando-lhes uma qualidade de vida mais estável e condigna.

Os dados recentes⁵ demonstram que os valores medianos dos novos contratos de arrendamento no mercado imobiliário continuam a aumentar. No terceiro trimestre de 2024, a renda mediana dos novos contratos de arrendamento registou um agravamento de 10,7%, situando-se nos 13,53 euros por metro quadrado em Lisboa e nos 9,09 euros por metro quadrado no Porto. Face a esta evolução, é possível extrapolar que, para os apartamentos mais pequenos arrendados pela FAM em Lisboa, com uma área de 75 metros quadrados, o valor da renda no mercado privado ascenderia a 1.014,75 euros mensais. No Porto, para apartamentos com áreas de 62,5 metros quadrados, este valor situar-se-ia nos 595,5 euros mensais.

Em contraste, os valores de renda praticados pela FAM são incomparavelmente inferiores. Em Lisboa, a renda mais elevada praticada pela FAM é de apenas 400 euros mensais para apartamentos com uma área de 113,5 metros quadrados. No Porto, o valor máximo praticado é de 300 euros mensais para apartamentos com uma área de 93,52 metros quadrados. Estes valores são uma fração dos montantes praticados no mercado, evidenciando a importância e impacto social da intervenção da FAM.

Neste sentido, apresentamos um resumo dos valores das rendas praticadas pela FAM ao longo do ano de 2024, de acordo com as tipologias das habitações que integram o seu património habitacional. Importa salientar que todas estas habitações são disponibilizadas a preços significativamente inferiores aos do mercado de arrendamento, reiterando o compromisso da Fundação em proporcionar soluções acessíveis e dignas para as famílias com menores recursos.

Em 2024, a FAM concretizou a atribuição de três novas habitações, duas das quais localizadas em Lisboa, no bairro de Alvalade, e uma no Porto, em Ramalde. Esta iniciativa reforça o compromisso da FAM com a disponibilização de habitações de renda acessível e económica. As habitações foram entregues mediante a abertura dos competentes concursos e após a realização das necessárias obras de recuperação, assegurando assim condições dignas de habitabilidade para as famílias beneficiárias.

⁵ INE – Instituto Nacional de Estatística, Destaque 23 de dezembro 2024

LISBOA:

Total – 89 apartamentos

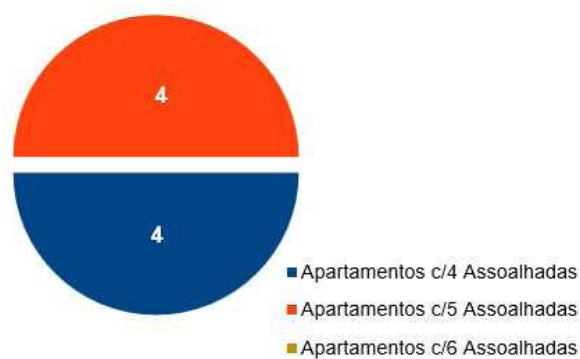
	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Apartamentos c/ 4 Assoalhadas	4	13	34	51
Apartamentos c/5 Assoalhadas	4	2	16	22
Apartamentos c/6 Assoalhadas	0	0	16	16
Total	8	15	66	89

* Nota: A renda máxima praticada é de € 400,00

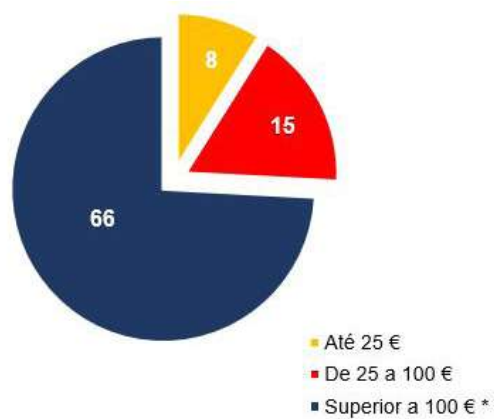
Tipologia de Habitação



Rendas até € 25,00



Total de Rendas por Tipologia



PORTO:

Total – 58 habitações das quais 46 são moradias e 12 são apartamentos

	Até 25 €	De 25 a 100 €	Superior a 100 € *	Total
Moradias c/ 2 Pisos	2	5	17	24
Moradias c/ 3 Pisos	8	0	14	22
Apartamentos c/ 3 Assoalhadas	2	2	8	12
Total	12	7	39	58

* **Nota:** A renda máxima praticada é de € 300,00

Tipologia de Habitação



Rendas até € 25,00

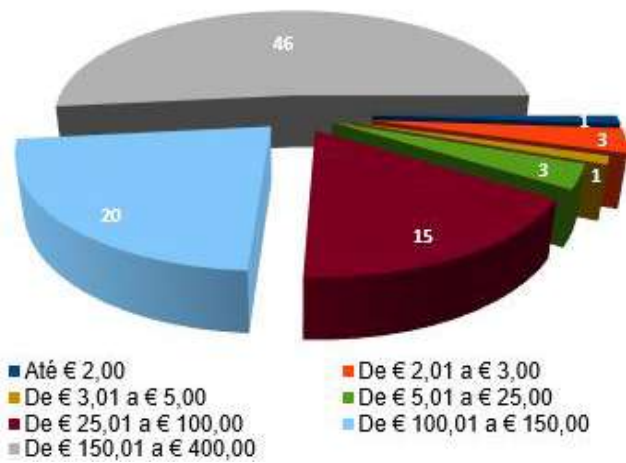


Total de Rendas por Tipologia

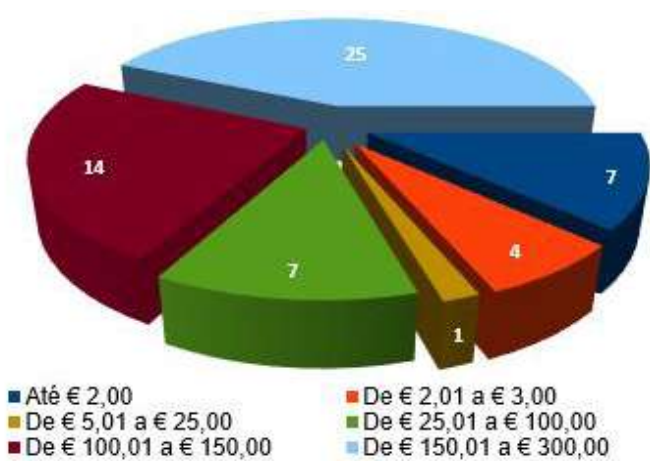


Rendas praticadas pela FAM em 31 de Dezembro 2024

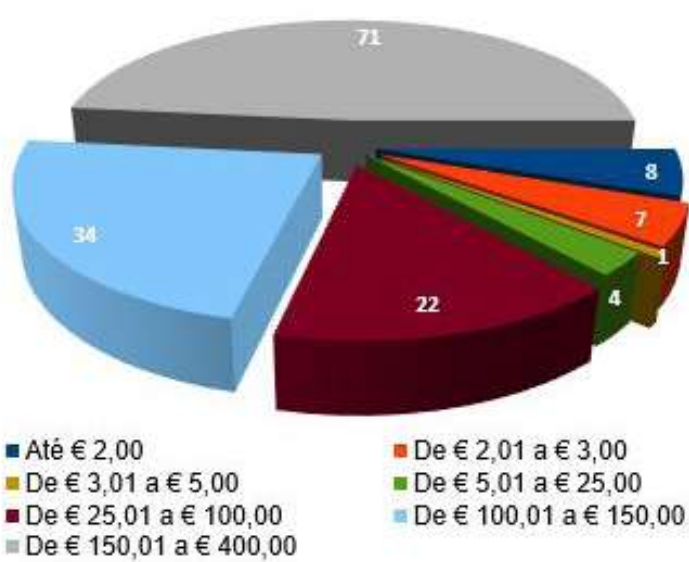
Lisboa



Porto



Geral



Análise das Rendas por Localização

Lisboa

Em Lisboa, verificou-se que aproximadamente 8,9% das rendas recebidas não ultrapassaram os 25 euros. No final do ano, cerca de 48,3% das rendas situavam-se abaixo dos 150 euros. No escalão seguinte, compreendido entre 150 e 400 euros (valor máximo de renda praticado em Lisboa), registou-se uma percentagem de 51,7% do total das rendas recebidas.

Porto

No Porto, a percentagem de rendas inferiores a 25 euros foi mais elevada, situando-se nos 20,7%. Além disso, 56% das rendas não ultrapassaram os 150 euros. No escalão de 150 a 300 euros (valor máximo praticado no Porto), observou-se que 43,1% das rendas recebidas pertenciam a esta categoria.

Análise Geral

Considerando a totalidade das rendas praticadas pela Fundação nos seus imóveis em Lisboa e no Porto, verificou-se que as rendas até 25 euros representaram 13,6% do total. Já as rendas até 150 euros corresponderam a 51,7% do universo analisado. No último escalão, entre 150 e 400 euros, a percentagem foi de 48,3%.

Reflexão sobre a Política de Rendas e Desafios da Fundação

Os dados apresentados evidenciam um desfasamento significativo entre as rendas praticadas pela Fundação no seu parque habitacional de renda económica e aquelas praticadas no mercado livre de arrendamento. Esta discrepância assume especial gravidade quando se consideram os custos inerentes à conservação e manutenção dos imóveis, os quais são exigentes independentemente do regime de arrendamento.

A disparidade entre receitas e despesas impacta diretamente a capacidade da Fundação para realizar, anualmente, as intervenções necessárias de conservação e reabilitação do seu parque habitacional, tendo em conta a antiguidade dos edifícios, exigindo um esforço enorme por parte da Fundação na gestão dos seus recursos financeiros.

Apesar destes desafios, a Fundação tem realizado múltiplas obras de recuperação, conforme será detalhado no ponto 2 – Conservação do Património – do presente relatório.

Acreditamos na necessidade de uma atualização progressiva das rendas praticadas. Assim, nos novos contratos de arrendamento, os valores serão ajustados de forma a garantir um equilíbrio entre o objetivo social de proporcionar habitação a custos acessíveis e a necessidade de assegurar receitas que viabilizem a manutenção e conservação do património habitacional. Esta abordagem visa garantir às famílias de menores recursos o acesso a uma habitação condigna.

O nosso compromisso passa por assegurar um equilíbrio sustentável entre o valor das rendas e as condições de habitabilidade oferecidas à população mais vulnerável. Tal equilíbrio será sempre orientado pelo carácter social do parque habitacional da Fundação, considerando a tipologia das habitações, a sua localização central em Lisboa e Porto, e a necessidade de habitação acessível para as famílias economicamente mais frágeis.

1.3 – Apoio e colaboração com outras entidades no âmbito da promoção da solidariedade social

• **ACREDITAR** - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro

A Importância do Apoio Prestado à ACREDITAR

A FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem pautado a sua atuação por um forte compromisso com a solidariedade social, promovendo o bem-estar de comunidades vulneráveis através do apoio a diversas instituições que desenvolvem um trabalho meritório.

Neste contexto, o apoio à ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro assume uma importância particular, dada a relevância social desta entidade e o impacto profundo que a sua atuação tem nas vidas das crianças e jovens diagnosticados com cancro, bem como das suas famílias.

Através da sua intervenção, a ACREDITAR proporciona suporte emocional, social e educativo, atenuando os desafios inerentes à doença e promovendo condições que favorecem a resiliência e a qualidade de vida dos afetados. A ação desenvolvida por esta associação é, por isso, de cariz essencial, sendo imperativo o envolvimento da sociedade para garantir a continuidade dos serviços prestados e assegurar um suporte adequado a quem mais necessita.

A ACREDITAR é uma instituição sem fins lucrativos cuja missão primordial reside no apoio a crianças e jovens diagnosticados com cancro, bem como às suas famílias. O seu propósito é de indiscutível relevância, uma vez que visa atenuar os desafios impostos pela doença, promovendo não só o bem-estar, mas também a capacidade de resiliência dos afetados.

Importa realçar que a associação disponibiliza um vasto leque de serviços de apoio, abrangendo vertentes emocionais, sociais e educativas. Entre as suas iniciativas, destacam-se atividades lúdicas, terapêuticas e pedagógicas direcionadas a crianças e jovens com cancro, bem como o suporte essencial prestado às suas famílias. Estes serviços têm um papel determinante na minimização das dificuldades inerentes à doença, proporcionando um alicerce sólido de acolhimento e assistência.

A ACREDITAR distingue-se pela criação de um ambiente humanizado e acolhedor, onde crianças e jovens com cancro e os seus familiares são tratados com dignidade e respeito. Esta abordagem é de extrema importância, pois os doentes e os seus entes queridos enfrentam frequentemente desafios como o isolamento social, a discriminação e o estigma associados à patologia.

Para que a ACREDITAR possa prosseguir com a sua nobre missão e assegurar a continuidade dos serviços disponibilizados às crianças, jovens e respetivas famílias, é fundamental o apoio da sociedade. Contribuições financeiras e doações de bens são elementos essenciais para garantir a sustentabilidade da instituição e permitir-lhe manter a excelência dos serviços prestados.

Em suma, a atuação da ACREDITAR assume um papel crucial na melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens com cancro e das suas famílias. O envolvimento da comunidade é determinante para que esta entidade continue a desempenhar a sua missão, proporcionando suporte e esperança a quem mais necessita.

Ciente da relevância deste trabalho, a FAM apoiou a ACREDITAR, concedendo-lhe, em 2024, um doativo monetário no montante de cinco mil euros (€ 5.000,00).

• Comunidade Vida e Paz

A Importância do Apoio Prestado à Comunidade Vida e Paz

A FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem pautado a sua atuação por um forte compromisso com a solidariedade social, promovendo o bem-estar de comunidades vulneráveis através do apoio a diversas instituições que desenvolvem um trabalho meritório. Neste contexto, o apoio à Comunidade Vida e Paz assume uma importância primordial, dada a relevância social desta entidade e o impacto profundo que a sua intervenção tem na vida das pessoas em situação de sem-abrigo e em condições de extrema fragilidade social.

A Comunidade Vida e Paz dedica-se à reabilitação e inclusão social de indivíduos em situação de sem-abrigo, proporcionando-lhes não apenas assistência imediata, mas também um percurso estruturado de recuperação e reintegração na sociedade. A sua atuação abrange diversas vertentes, incluindo apoio alimentar, acompanhamento social e psicológico, acesso a programas de formação e empregabilidade, entre outras iniciativas que visam restituir a dignidade e autonomia a estas pessoas.

Ciente da importância deste trabalho, a FAM reafirma o seu compromisso com a Comunidade Vida e Paz, reforçando a sua disponibilidade para apoiar causas que promovem uma sociedade mais justa e solidária. O envolvimento e contributo da comunidade são essenciais para garantir a continuidade da missão desta instituição, proporcionando uma nova esperança a quem mais necessita.

Reconhecendo a relevância desta iniciativa, a Fundação deliberou associar-se às diversas entidades que prestam apoio à Comunidade Vida e Paz, concedendo um donativo no montante de oitocentos euros (€ 800,00) em 2024.

1.4 – Protocolo de Apoio - Mercearia Social Valor Humano

No cumprimento do seu compromisso social e no desiderato de promover a dignidade humana, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia manteve, ao longo do ano de 2024, o seu apoio estruturado à Mercearia Social Valor Humano, um projeto de cariz solidário vocacionado para a assistência a famílias economicamente vulneráveis, facultando-lhes o acesso a bens alimentares essenciais e contribuindo para a sua inclusão social.



Localizada na Calçada Moinho de Vento, n.º 3, 1169-114 Lisboa, a Mercearia Social Valor Humano tem vindo a consolidar-se como um pilar de sustentação para inúmeras famílias carenciadas da freguesia de Santo António, proporcionando-lhes um espaço digno, em tudo semelhante a um estabelecimento comercial convencional, onde podem obter, de forma livre e esclarecida, produtos alimentares, artigos de higiene pessoal e doméstica, assim como outros bens de primeira necessidade.

Esta iniciativa, alicerçada num modelo de plafond previamente definido pelos técnicos de apoio social da Junta de Freguesia, permite que os beneficiários possam exercer a sua autonomia na seleção dos produtos mais adequados às suas necessidades, reforçando o seu sentido de dignidade e inclusão.





Conscientes da relevância desta missão, em 2024 a Fundação manteve o apoio financeiro que tem vindo a assegurar, que no ano em análise ultrapassou os seis mil e setecentos euros, reforçando igualmente as dinâmicas de colaboração com empresas do setor da distribuição alimentar independente.

Estas parcerias, como se detalhará no ponto 1.6 deste relatório, traduziram-se na angariação de significativos donativos em géneros alimentícios, bebidas, produtos de higiene, conservação e limpeza, permitindo não apenas a manutenção de stocks na Mercearia, mas também a diversificação da oferta, ajustando-a às crescentes exigências de uma comunidade cada vez mais plural e multicultural.



Para além do suprimento de bens essenciais, a Fundação reconhece como de igual valia a componente pedagógica e de aconselhamento financeiro providenciada por este projeto social.

O acompanhamento prestado na gestão do orçamento familiar revela-se uma ferramenta imprescindível para que as famílias beneficiárias possam encontrar soluções sustentáveis para a sua autonomia financeira, promovendo a sua capacitação económica e prevenindo ciclos de endividamento e vulnerabilidade.



Em 2024, manteve-se a tendência de redução do número de famílias apoiadas, não obstante este número ultrapassar as setecentas e sessenta. Esta inflexão, embora positiva do ponto de vista estatístico, deve-se sobretudo a fatores como o agravamento das condições habitacionais, o que levou ao deslocamento de algumas famílias para zonas periurbanas, bem como à evolução demográfica da freguesia, nomeadamente no que respeita ao aumento da taxa de mortalidade da população idosa residente.

Seria desejável que tal decréscimo resultasse, de forma mais expressiva, da melhoria das condições socioeconómicas das famílias abrangidas, pelo que a Fundação reitera o seu empenho em continuar a apoiar iniciativas que promovam a inclusão e o bem-estar social, na esperança de que, num futuro próximo, cada vez menos famílias necessitem de recorrer a este apoio.



O compromisso da Fundação dos Armazenistas de Mercearia permanece firme na persecução dos seus valores de solidariedade e responsabilidade social, reforçando a sua missão de apoiar aqueles que mais necessitam, com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

1.5 – Protocolo de Apoio - Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Desde a formalização do protocolo de colaboração com o Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória (CSPNSV), em 30 de novembro de 2018, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem assumido o forte compromisso no que concerne ao apoio prestado às famílias carenciadas residentes no Centro Histórico do Porto. Este apoio é particularmente dirigido a crianças, adultos e idosos que enfrentam situações de vulnerabilidade económica e exclusão social.

Em 2024, a Fundação assegurou um contributo anual próximo dos sete mil euros para o CSPNSV. Para além desse apoio financeiro, com a colaboração da rede de lojas **"Aqui é Fresco"** foi possível obter a doação de refeições provenientes de diversos eventos realizados por esta rede de lojas, reforçando assim a oferta de bens alimentares ao CSPNSV, garantindo dessa forma um maior apoio às famílias apoiadas ao longo do ano.

O Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, instituição sem fins lucrativos e fundada em 1987, tem desempenhado um papel fundamental no apoio à comunidade local, promovendo o bem-estar social, cultural e educativo dos seus utentes. A sua atuação abrange diversas áreas, desde o apoio domiciliário a idosos e doentes crónicos – incluindo a entrega de refeições, cuidados de higiene e acompanhamento psicossocial – até ao apoio às crianças e jovens, através da creche e do jardim-de-infância, proporcionando-lhes condições adequadas de educação, saúde e alimentação.

Para além das iniciativas realizadas dentro das suas instalações, o CSPNSV desempenha um papel ativo na distribuição de alimentos e bens essenciais a famílias em situação de carência. A instituição também promove campanhas de angariação de fundos para projetos sociais locais, alargando assim o impacto da sua intervenção.

No âmbito cultural e educativo, o Centro organiza workshops, palestras e atividades recreativas que fomentam a aprendizagem e o convívio entre os utentes e a comunidade em geral. Estas iniciativas são essenciais para fortalecer laços comunitários, estimular o desenvolvimento de novas competências e garantir um maior bem-estar social.

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia reafirma, assim, o seu compromisso com o CSPNSV e com a comunidade que este serve, contribuindo ativamente para a melhoria das condições de vida dos que mais necessitam.

Por intermédio de um vasto conjunto de iniciativas, esta organização desempenha um papel preponderante na melhoria das condições de vida de inúmeras pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como na promoção da cultura, da educação e do convívio social.

Segue-se a enumeração das respostas sociais que disponibilizam:

- Creche (15 crianças)
- Jardim de Infância (22 crianças)
- Centros de Atividades de Extensão de Horário e Interrupções Lectivas (25 crianças)
- CATL c/ Funcionamento Clássico (40 adolescentes e jovens)
- Centro de Dia (25 séniores)
- Serviço de Apoio Domiciliário (20 agregados)
- ERPI - Estrutura Residencial para Idosos (10 idosos)
- Comunidade de Inserção para 40 pessoas em situação de Sem Abrigo
- Centro Comunitário (100 utilizadores) com atividades de Férias para Crianças e Jovens, Apoio Social, Gabinete de Psicologia, Apoio em Medicamentos, Banco de Vestuário, Cabaz Alimentar, Gabinete de Apoio ao Emprego, Educação não Formal e Animação Sociocultural

- Intervenção Comunitária com programas como uma Sala de Apoio ao Estudo, Programa “Todo Ouvidos” - Ouvir, Apoiar e Aconselhar Famílias; Programa Envelhecer Hoje! - Pessoas com 60 anos ou mais; Grupo Fénix Intervenção junto de Pessoas com Comportamentos de Risco; Passeios, Visitas e Convívios; Oficinas de Renovação/Transformação de Roupas, Manualidades, e Vitória Market - Mercado Social Mensal.

São confeccionadas nestas instalações o número seguinte de refeições:

Refeições Fornecidas Diariamente (Semanalmente)

N.º de Clientes		37	71	40	25	10	18	201
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-	25	10	13	48
	Almoço	37	Nota 1*-	40	25	10	18	130
	Lanche	37	71	20	25	10	-	163
	Jantar	-	-	40	7	10	18	75
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS		74	71	100	82	50	49	426

Nota 1: * Nas pausas lectivas fornecemos uma média de 40 almoços

Refeições Fornecidas (Fim de Semana)

N.º de Clientes		0	0	40	0	10	18	68
Respostas Sociais		Creche & Jardim de Infância	Casa Jovem	Casa da Amizade	Centro de Dia	Lar	Serviço de Apoio Domiciliário	TOTAIS
N.º de Clientes por Refeição	Pequeno Almoço	-	-	-		10	13	23
	Almoço			40		10	18	68
	Lanche			20		10	-	30
	Jantar	-	-	40		10	18	68
	Ceia	-	-	-	-	10	-	10
N.º Total de Refeições por RS				100		50	49	199



existido na Rua de S. M.
meados do séc. XVI. O fil.
Manoel Aboab, nascido n.
1555, descreveu-a na sua
(1629, Amsterdam), porque
em criança.

O João II promulgou duas C.
regas em 1534 e 1539 que O.
os cristãos-novos habitantes e
locais da cidade (como a Praça
Ribeira) a concentrarem a sua v.
nesta Rua de S. Miguel, que na
chegou a Rua de São Bento da V.
Muitos continuaram a praticar o
emprego em segredo. Este
estabeleceu assim o caminho do
comunidade e o clero desta época
e uma cultura, discreta, localizada na
rua, junto às Escadas da Estação.



1.6 – Novas Ações de Apoio

No decurso do ano de 2024, a Fundação dos Armazenistas de Mercearia consolidou o seu papel enquanto elo de ligação entre o setor da distribuição alimentar independente, representado pela ADIPA – Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares e as comunidades mais carenciadas, assumindo-se dessa forma como a expressão solidária do setor.

O inabalável compromisso das empresas associadas da ADIPA com a solidariedade social traduziu-se num reforço substancial das iniciativas destinadas a atenuar as dificuldades vividas por numerosos cidadãos em situação de vulnerabilidade económica.

Graças ao esforço conjunto e à mobilização contínua promovida pela Fundação, foi possível ampliar o espectro de apoio concedido, com especial incidência nas cidades de Lisboa e Porto.

O envolvimento altruísta das empresas permitiu a entrega de bens essenciais a diversas instituições de solidariedade, abrangendo géneros alimentícios, produtos de higiene, conservação e limpeza, garantindo um contributo efetivo para a melhoria das condições de vida de muitas famílias.

O **primeiro semestre** de 2024 foi particularmente significativo, com ações solidárias de relevo. Durante este período, foram entregues mais de **6 800 artigos à Mercearia Social Valor Humano**, um feito que atesta o empenho do setor na promoção da responsabilidade social.

Durante o **segundo semestre** o número de artigos doados **ultrapassou os 4 000**, o que totalizou **mais de 10 000 artigos entregues** a estas entidades.





Mercearia Social Valor Humano, Lisboa

A norte, o **Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória**, no Porto recolheu 82 tabuleiros de refeições confeccionadas, o equivalente a **mais de 600 refeições**, provenientes da **XIII Convenção** da Rede de Supermercados **"AQUI é FRESCO"**, que decorreu em Braga sob o mote **"Aqui a Solidariedade Acontece"**.



Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, Porto

Este acréscimo nas doações não apenas fortalece o impacto das iniciativas desenvolvidas, como também sublinha o valor da cooperação entre as empresas e as entidades de apoio social.

A Fundação dos Armazenistas de Mercadoria expressa **o seu mais sincero reconhecimento a todas as empresas e marcas** que, com o seu espírito solidário e generoso, tornaram possível a concretização destas ações. O seu contributo é fundamental para fomentar uma cultura de entreajuda e compromisso cívico. Que este espírito de solidariedade continue a inspirar futuras gerações e a consolidar um tecido social mais coeso e equitativo.





2 - Conservação do património

A Importância da Conservação do Património Habitacional para a Ação Solidária da FAM

A FAM - Fundação dos Armazenistas de Mercearia tem assumido, desde a sua constituição, um compromisso inabalável com a promoção da solidariedade social, em particular através da sua política de arrendamento de habitações de renda económica, destinadas exclusivamente a famílias de poucos recursos económicos, nas cidades de Lisboa e do Porto. No âmbito dessa missão, a conservação e recuperação do património habitacional revela-se um pilar essencial para garantir a continuidade e sustentabilidade desta ação.

Os edifícios pertencentes à FAM, cuja edificação remonta à década de cinquenta, requerem intervenções recorrentes para assegurar a sua habitabilidade e segurança. A necessária manutenção deste património representa um desafio constante, exigindo um equilíbrio cuidadoso entre os recursos disponíveis e as necessidades emergentes. Neste sentido, a FAM tem realizado um esforço colossal na gestão eficiente dos seus meios, que se revelam sempre escassos face às permanentes exigências de reabilitação dos prédios e dos andares que, ao ficarem vagos, necessitam de obras antes de serem disponibilizados para novos arrendamentos.

O investimento na requalificação dos edifícios é fulcral para a continuidade da sua missão social, permitindo que as famílias acolhidas possam beneficiar de condições condignas de habitação. Consciente dessa responsabilidade, em 2024, a FAM investiu cerca de 126.500 euros em obras de conservação e recuperação do património habitacional, assegurando, desta forma, a longevidade dos imóveis e a sustentabilidade da sua ação solidária.

Entre as intervenções realizadas ao longo do ano, destacam-se a recuperação integral de dois prédios e três apartamentos em Lisboa, bem como inúmeras outras reparações pontuais. No Porto, em resposta aos estragos causados pelas intempéries, foram colocados quatro novos telhados em igual número de habitações, além de diversas reparações semelhantes às executadas na capital. Adicionalmente, procedeu-se à limpeza geral dos logradouros dos prédios em Lisboa, bem como à reparação de muretes e colunas de esgoto, assegurando melhores condições de higiene e segurança para os moradores.

O compromisso da FAM na manutenção do seu património habitacional constitui um reflexo da sua dedicação à causa social, reforçando o seu papel como instituição de referência no apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. Esta política de intervenção contínua não só garante habitações dignas e seguras, mas também fortalece a missão solidária da Fundação, assegurando um futuro mais estável para as famílias que dela dependem.

Obras de recuperação de apartamentos para atribuição mediante concurso público

• *Largo Ribeiro Cristino n.º 3 e n.º 2, em Lisboa*

- › Substituição da canalização de água;
- › Substituição da instalação elétrica;
- › Substituição da canalização de gás;
- › Pinturas;
- › Reparação de marquise e coluna esgoto.

• *Rua Dr. Aarão de Lacerda n.º 139, no Porto*

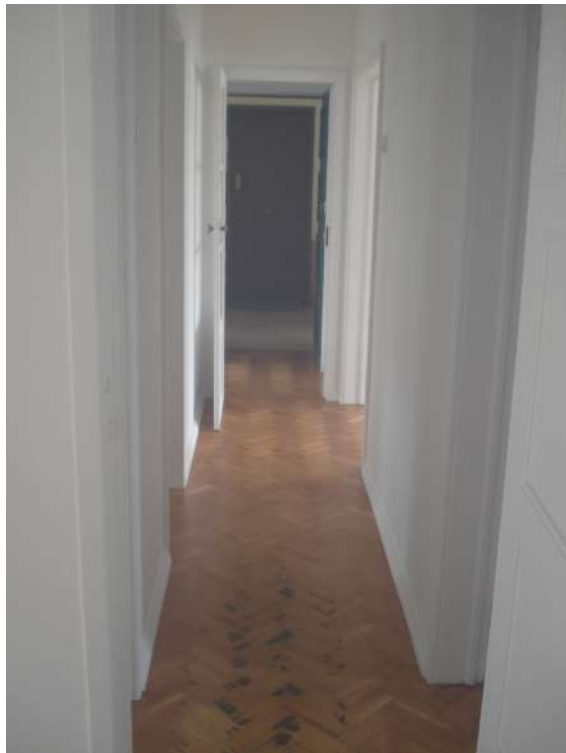
- › Substituição da canalização de água;
- › Substituição da instalação elétrica;
- › Substituição do cilindro de água quente;
- › Pinturas.

Obras de Recuperação do Apartamento do Largo Ribeiro Cristino n.º 3, Lisboa

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



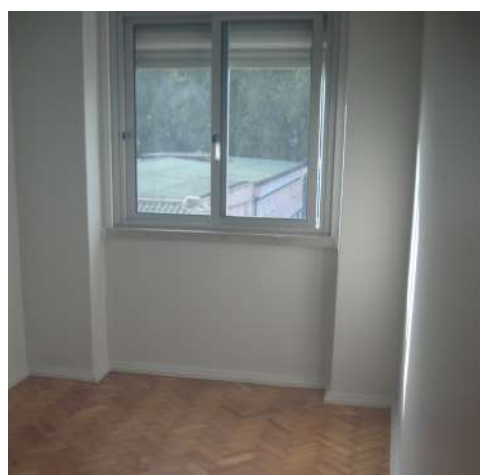
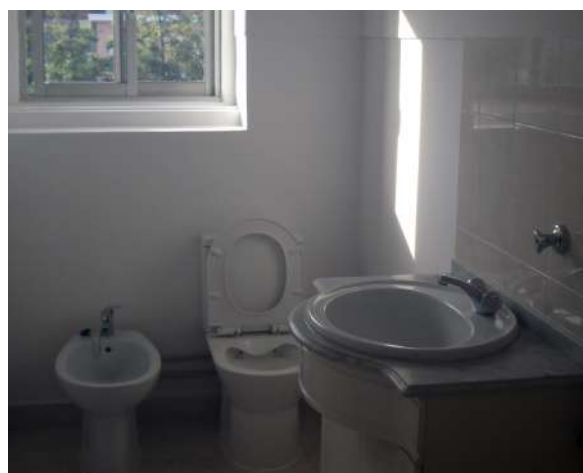
Obras de Recuperação do Apartamento do Largo Ribeiro Cristino n.º 2, Lisboa



Antes da execução das obras de recuperação

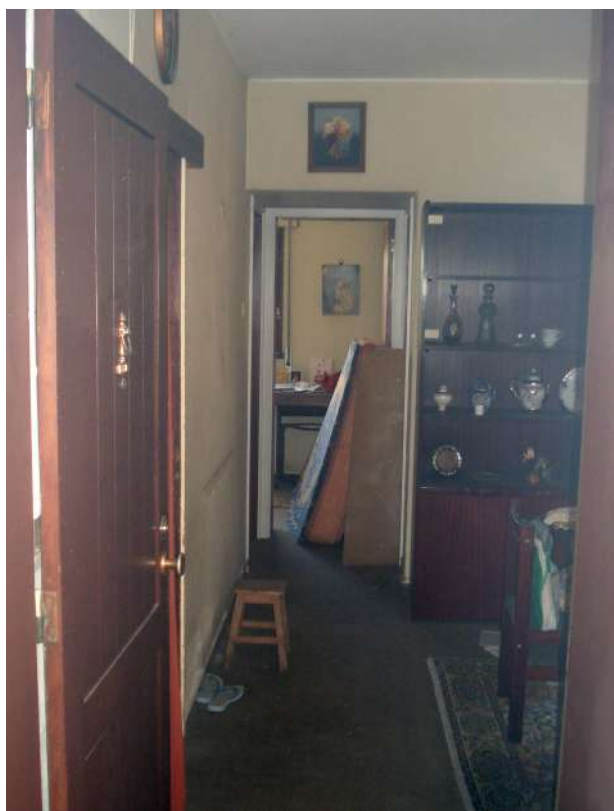


Depois da execução das obras de recuperação

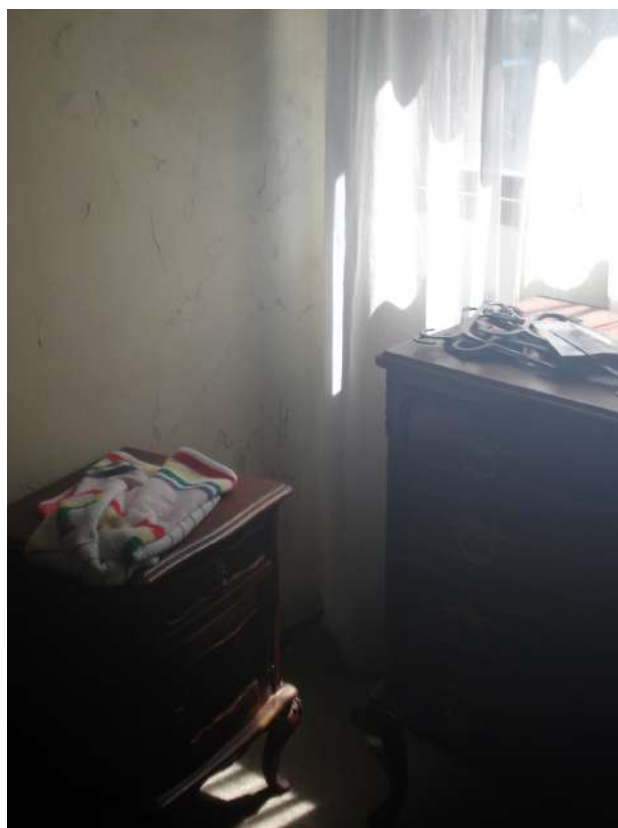


Obras de Recuperação do Apartamento da Rua Dr. Aarão de Lacerda n.º 139, no Porto

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Obras de Recuperação das Fachadas dos Prédios

Rua Marquesa de Alorna n.º 12, Lisboa

- Frente -

Antes da execução das obras de recuperação



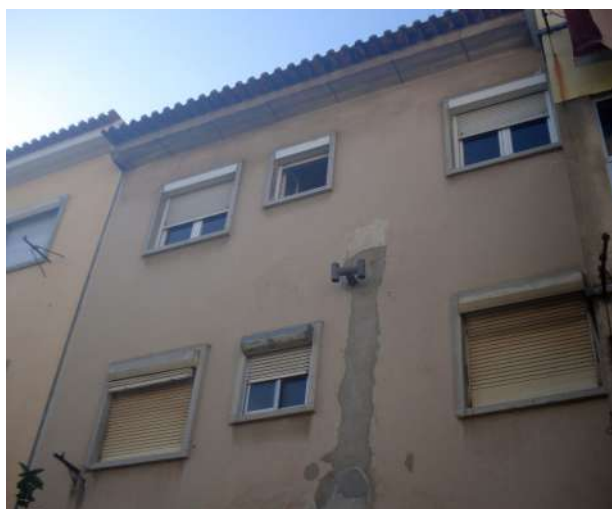
Depois da execução das obras de recuperação



Rua Marquesa de Alorna n.º 12, Lisboa

- Tardoz-

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Obras de Recuperação das Fachadas dos Prédios

Rua Marquesa de Alorna n.º 14, Lisboa

- Frente -

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



Rua Marquesa de Alorna n.º 14, Lisboa

- Tardoz-

Antes da execução das obras de recuperação



Depois da execução das obras de recuperação



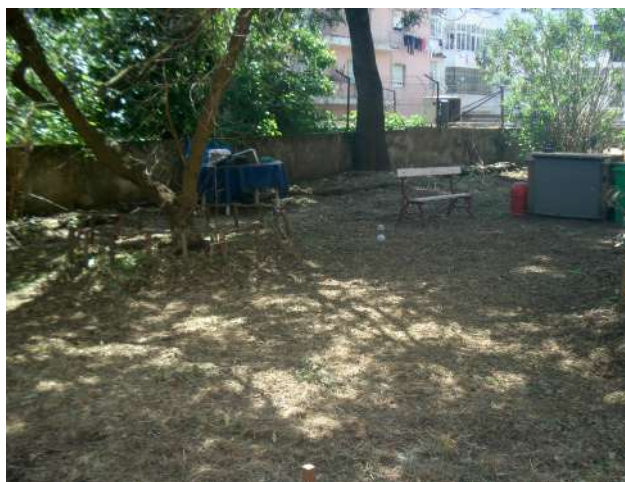
Limpeza de Logradouros dos Prédios

Largo Ribeiro Cristino, Rua Coronel Marques Leitão e Rua Marquesa de Alorna, em Lisboa

Antes dos trabalhos de limpeza



Depois dos trabalhos de limpeza



Reparação de Muretes

Largo Ribeiro Cristino e Rua Coronel Marques Leitão, em Lisboa

Antes dos trabalhos de reparação



Depois dos trabalhos de reparação





As obras de conservação e reparação realizadas durante o ano de 2024 representaram um investimento total de **168 215,45 €** (cento e sessenta e oito mil, duzentos e quinze euros e quarenta e cinco cêntimos). Como habitualmente, estas intervenções foram executadas com rigor e respeito pelos limitados recursos da Fundação.

É fundamental destacar o significativo esforço financeiro que implica a recuperação integral de cada habitação, uma despesa que, na maioria dos casos, representa o equivalente a uma média de cinco anos da futura renda que vier a ser praticada nessa habitação.

3 - Contas do Exercício

3.1 – Resultado líquido do exercício comparativo 2023/2024

Em **2024**, a Fundação teve um resultado líquido do exercício positivo de **trinta e três mil oitocentos e oitenta euros e trinta e três centimos** (33 880,33€) conforme consta das respectivas demonstrações financeiras.

Comparativamente, em **2023** o resultado foi de **quarenta e um mil e quarenta e seis euros e oito centimos** (41 046,08€).

3.2 - Demonstrações Financeiras

Apresentamos, de seguida, o documento Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2024, elaborado pela Cerb, Contabilidade e Gestão, S.A., onde se poderá verificar a apresentação de contas da Fundação.

Fundação dos Armazenistas de Mercearia
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2024

Índice

Índice	1
Balanço em 31 de Dezembro de 2024 e 2023	2
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2024 e 2023	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023	4
Anexo	5
1. Identificação da Entidade.....	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3. Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1. Bases de Apresentação.....	5
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6. Estado e Outros Entes Públicos.....	12
7. Créditos a receber	12
8. Diferimentos	13
9. Caixa e Depósitos Bancários	13
10. Fundos Patrimoniais.....	13
11. Fornecedores	14
12. Outros passivos correntes.....	14
13. Subsídios à exploração	14
14. Fornecimentos e serviços externos	14
15. Outros rendimentos.....	15
16. Outros gastos	15
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
18. Acontecimentos após data de Balanço.....	16

Balanço em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	2 298,46	2 298,46
		2 298,46	2 298,46
Ativo corrente:			
Créditos a receber	7	15 144,17	15 175,29
Estado e outros entes públicos	6	3 011,84	2 191,90
Diferimentos	8	-	7 808,82
Caixa e depósitos bancários	9	364 297,32	298 683,34
		382 453,33	323 859,35
Total do Ativo		384 751,79	326 157,81
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	10	25 540,90	25 540,90
Resultados transitados	10	288 230,38	247 184,30
Resultado líquido do período	10	33 880,33	41 046,08
Total dos Fundos Patrimoniais		347 651,61	313 771,28
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	16 392,76	-
Estado e outros entes públicos	6	312,50	475,00
Outros passivos correntes	12	20 394,92	11 911,53
Total do Passivo		37 100,18	12 386,53
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		384 751,79	326 157,81

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

Fundação dos Armazenistas de Mercearia DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em Euros)

		2024	2023
Rendimentos e Gastos	Notas		
Subsídios, doações e legados à exploração	13	161,06	266,20
Fornecimentos e serviços externos	14	(40 203,12)	(38 874,75)
Outros rendimentos	15	282 488,18	236 726,67
Outros gastos	16	(208 565,79)	(157 072,04)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		33 880,33	41 046,08
Resultado operacional (antes gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		33 880,33	41 046,08
Resultado antes de impostos (EBT)		33 880,33	41 046,08
Resultado líquido do período		33 880,33	41 046,08

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa em
31 de Dezembro de 2024 e 2023

Fundação dos Armazenistas de Mercearia

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxos de caixa atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		253 757,64	235 426,05
Pagamentos a fornecedores		(209 385,34)	(177 357,79)
Caixa gerada pelas operações		44 372,30	58 068,26
		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		18 780,05	(18 733,69)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		63 152,35	39 334,57
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		2 478,33	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 478,33	-
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Outras operações de financiamento</i>		(16,70)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(16,70)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		298 683,34	259 348,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	364 297,32	298 683,34

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação dos Armazenistas de Mercearia, com sede na Av. da liberdade, nº166-2, 1250-146 Lisboa, é uma fundação de solidariedade social que foi criada pelo extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia em 16 de Março de 1959. Tem por objeto a solidariedade social relativamente à população em geral e em particular, a pessoas ligadas à distribuição de produtos alimentares e à Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA), entidade que sucedeu ao extinto Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, artigo 1º, nº2, de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 13 e 16) e “Diferimentos” (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Fundação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Fundação espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Fundação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são registados quando são recebidas.

As quotas são registadas em ativo independentemente da data do seu recebimento (nota 10).

Cientes, utentes e outras contas a receber

Os “*Cientes e utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.5. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante aplicado e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.6. Provisões

Periodicamente a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “(…)
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) “(…)”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Fundação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2022 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2024 e 2023, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo:

	31/12/2024				
	Saldo em 01-01-2024	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	Saldo em 31-12-2024
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

	31/12/2023				
	Saldo em 01-01-2023	Aquisições / Dotações	Depreciações	Transferência	Saldo em 31-12-2023
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 298,46	-	-	-	2 298,46
Edifícios e outras construções	6 895,38	-	-	-	6 895,38
Total	9 193,84	-	-	-	9 193,84
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total	(6 895,38)	-	-	-	(6 895,38)
Total Líquido	2 298,46	-	-	-	2 298,46

6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 011,84	2 191,90
Total	3 011,84	2 191,90
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	312,50	475,00
Total	312,50	475,00

7. Créditos a receber

A rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos a receber		-
Adiantamento a fornecedores	17,52	-
Clientes e Utentes títulos a receber	15 126,65	15 175,29
Clientes	15 126,65	15 175,29
Total	15 144,17	15 175,29

O saldo de clientes é constituído por créditos a receber de inquilinos de rendas sociais.

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	7 808,82
Total	-	7 808,82

9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	250,00	250,00
Depósitos à ordem	194 047,32	128 433,34
Depósitos a prazo	170 000,00	170 000,00
Total	364 297,32	298 683,34

10. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	31 de Dezembro de 2024			Saldo em 31-12-2024
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Diminuições	
Fundos	25 540,90	-	-	25 540,90
Resultados transitados	247 184,30	41 046,08	-	288 230,38
Resultado do exercício	41 046,08	33 880,33	(41 046,08)	33 880,33
Total	313 771,28	74 926,41	(41 046,08)	347 651,61

11. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	16 392,76	-
Total	16 392,76	-

12. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	807,58	26,28
Outros acréscimos de gastos	102,09	-
Outros credores	19 485,25	11 885,25
Total	20 394,92	11 911,53

13. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Subsídio à exploração” tinha o valor de 161.06€ e é constituído por Doações de privados.

14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Trabalhos especializados	5 653,20	4 294,92
Publicidade e propaganda	369,00	232,47
Honorários	22 172,00	24 333,00
Conservação e reparação	1 888,05	-
Serviços bancários	380,7	418,8
Materiais	235,25	257,95
Energia e fluidos	943,41	1 075,66
Deslocações, estadas e transportes	244,15	217,80
Comunicação	493,04	235,33
Seguros	7 808,82	7 808,82
Contencioso e notariado	14,00	-
Outros	1,50	-
Total	40 203,12	38 874,75

15. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Sinistros	19 472,49	-
Rendas Sociais	260 143,01	236 695,22
Outros rendimentos	394,35	31,45
Juros e rendimentos similares obtidos	2 478,33	-
Total	282 488,18	236 726,67

O montante em “rendas sociais” refere-se às rendas praticadas pela fundação no âmbito do seu objeto social “rendimento económico”.

16. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Taxas	20,66	35,42
Dívidas incobráveis	0	121,54
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas exercícios anteriores	1,50	75,00
Donativos	40 064,11	48 321,84
Quotizações	110,00	110,00
Conser. Rep. Imóveis	168 215,45	108 408,24
Outros	154,07	-
Total	208 565,79	157 072,04

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

18. Acontecimentos após data de Balanço

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em março de 2025.

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Lisboa, Abril de 2025

4 - Reuniões dos Corpos Gerentes

No decurso do ano de 2024, os Órgãos Sociais da FAM reuniram-se dentro da normalidade, realizando-se para o efeito diversas reuniões do Conselho de Administração; Conselho Executivo e Conselho Fiscal.

Estas reuniões foram realizadas no espírito habitual da maior colaboração proporcionando desta forma um acompanhamento pleno e rigoroso de todos os assuntos tratados no âmbito do desenvolvimento da atividade.

Por último, fazemos questão de sublinhar que os membros pertencentes aos **Órgãos Sociais da FAM - Conselho de Administração, Conselho Executivo e Conselho Fiscal - não auferem qualquer tipo de remuneração (de natureza pecuniária ou qualquer outra)** da FAM, e que a FAM também não recebe qualquer subsídio do Estado para desenvolver a sua ação.

5 – Nota Final

O Conselho de Administração da FAM manifesta uma palavra de agradecimento e apreço pelo apoio que, no decorrer do ano de 2024, recebeu da Direção da ADIPA e do Conselho Coordenador que considera terem sido fundamentais para o êxito da ação desenvolvida durante o ano.

Lisboa, Abril de 2025



